

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA – IPOL

Wynne Nagrath Sousa Oliveira

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO,
PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA E TEORIA INFORMACIONAL**

Brasília

2016

Wynne Nagrath Sousa Oliveira

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO,
PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA E TEORIA INFORMACIONAL

Monografia apresentada ao Instituto de
Ciência Política da Universidade de Brasília
para conclusão do curso de graduação em
Ciência Política.

Orientadora: Suely Mara Vaz G. de Araújo

Brasília

2016

Wynne Nagrath Sousa Oliveira

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO,
PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA E TEORIA INFORMACIONAL

Monografia apresentada como pré-requisito do
para obtenção do título de bacharel em Ciência
Política pela Universidade de Brasília e
avaliada pela seguinte banca examinadora:

PROFESSORA SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAÚJO

(Universidade de Brasília)

PROFESSOR RAFAEL SILVEIRA E SILVA

(Universidade de Brasília)

Brasília

2016

Dedico esta monografia a minha família e a todos aqueles que me incentivaram de alguma forma a concluir minha graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus por ter me dado forças para seguir um bom caminho e por ter me guiado durante esta jornada que foi a graduação.

Agradeço a minha tia Luiza Maria por ter me proporcionado a oportunidade de estudar e por ter me incentivado a cada dia para correr atrás dos meus sonhos. Agradeço muito aos meus pais, Edimê e Rubenilson, por me apoiarem mesmo à distância, e eu tenho certeza que não foi fácil pra eles me deixarem partir tão jovem para correr atrás do meu sonho de ser alguém na vida. Agradeço ao meu namorado, Fábio, por estar ao meu lado em todos os momentos e sempre me dando uma palavra de força para não desistir daquilo que almejo.

Agradeço a todos os meus colegas de curso, em especial a Maria Graziela que estive ao meu lado desde o começo.

Agradeço de coração a minha orientadora Suely por aceitar o desafio de me auxiliar na conclusão da minha graduação, e por ser tão agradável e disponível para me ajudar nos momentos mais difíceis.

*Construí amigos, enfrentei derrotas, venci
obstáculos, bati na porta da vida e disse-lhe:
Não tenho medo de vivê-la. (Augusto Cury)*

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo trazer uma revisão teórica e um levantamento de dados a respeito do tema profissionalização da política no Legislativo brasileiro, especificamente no Congresso Nacional, abordando casos de parlamentares que atuaram ou atuam no meio entre os anos de 1994 e 2010, sendo que os deputados federais necessariamente devam ter entre quatro e cinco mandatos e os senadores entre dois e três mandatos. Será discutido o que leva parlamentares considerarem a manutenção de seus cargos no Congresso Nacional. Variáveis como números de mandatos, estado (os) que representam/representaram, nível de escolaridade, atividade profissional fora do Congresso Nacional e Comissões que integram ou integraram foram levados em consideração para encontrar relação entre esses dados e a teoria informacional.

Palavras chave: profissionalização da política, carreiras parlamentares, manutenção de cargos, teoria informacional.

LISTA DE ABREVIATURAS

AC	Acre
AL	Alagoas
AM	Amazonas
AP	Amapá
BA	Bahia
CE	Ceará
DF	Distrito Federal
ES	Espírito Santo
GO	Goiás
MA	Maranhão
MG	Minas Gerais
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
PA	Pará
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PR	Paraná
RJ	Rio de Janeiro

RN Rio Grande do Norte

RS Rio Grande do Sul

RO Rondônia

RR Roraima

SC Santa Catarina

SE Sergipe

SP São Paulo

TO Tocantins

LISTA DE EXEMPLO, QUADROS, TABELAS E GRÁFICO

Quadro 1.....	21
Quadro 2.....	22
Quadro 3.....	49
Tabela 1.....	27
Tabela 2.....	29
Tabela 3.....	46
Tabela 4.....	48
Gráfico 1.....	32
Gráfico 2.....	34
Gráfico 3.....	35
Gráfico 4.....	36
Gráfico 5.....	37
Gráfico 6.....	38
Gráfico 7.....	39
Gráfico 8.....	40
Gráfico 9.....	42
Gráfico 10.....	44

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1. Apresentação do tema.....	12
1.2. Justificativa.....	12
1.3. Pergunta de pesquisa.....	13
1.4. Objetivo geral.....	13
1.5. Metodologia.....	14
2. BREVE DISCUSSÃO SOBRE O SISTEMA DEMOCRÁTICO REPRESENTATIVO BRASILEIRO.....	16
2.1 A institucionalização do Legislativo federal brasileiro com base na teoria de Nelson Polsby	17
2.2. As Comissões no Congresso Nacional do Brasil.....	22
2.3. A decisão do parlamentar de se manter no poder.....	24
3. LEVANTAMENTO DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	26
3.2. Representantes x Representados.....	26
3.3. Teoria Informacional x Comissões Parlamentares.....	39
4. CONCLUSÃO.....	50
5. REFERÊNCIAS.....	54

1. INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação do tema

A produção de artigos sobre a Ciência Política no Brasil tem crescido cada vez mais apesar de que ainda grande parte da literatura científica ainda vem de outros países, principalmente dos Estados Unidos da América. Este fato se torna mais evidente quando se trata de estudos referentes as carreiras no Legislativo com base na teoria informacional.

O tema desta pesquisa é a profissionalização política no Congresso Nacional com foco nas comissões para observar a prática da teoria informacional entre os parlamentares. A teoria informacional trata sobre o comportamento dos parlamentares dentro das comissões, que estes buscam meios de se especializarem em assuntos relevantes da comissão na qual é membro com o objetivo de ter menos perdas com projetos de leis que não tem chances de chegar ao Plenário.

A partir deste tema, esta monografia foi produzida com pesquisa bibliográfica utilizando pesquisas sobre o ambiente Legislativo institucionalizado numa democracia e fazendo relação com os regimentos internos do Senado Federal e da Câmara dos Deputados levando em conta a prática da teoria informacional nas comissões; e a pesquisa empírica que é composta de dados como os nomes dos parlamentares, o tempo de mandato destes, os estados representados por eles, suas respectivas formações acadêmicas e atividades profissionais fora do Congresso Nacional, e a comissões em que foram membros.

1.2. Justificativa

É mais comum encontrar no Brasil artigos sobre outros dados de carreiras parlamentares como, por exemplo, o recrutamento político, o financiamento de campanhas, o poder da mídia na influencia do voto, e a dinâmica dos partidos políticos durante a corrida eleitoral.

A produção sobre a teoria informacional no Congresso Nacional também é baixa, pois grande parte dos estudos retratam casos não brasileiros.

Com base nestes trabalhos sobre carreiras legislativas e teoria informacional, esta monografia tem o intuito de mostrar que há a profissionalização da política no Congresso Nacional mesmo com a grande rotatividade de parlamentares e que invés de observar que estes têm uma pretensão maior de conseguir cargos no Executivo, é observar o que estes profissionais políticos fazem para se manter no Legislativo, como a prática da teoria informacional nas comissões parlamentares.

1.3. Pergunta de pesquisa

A pretensão deste trabalho é buscar uma relação entre a teoria informacional e a prática da especialização política no Congresso Nacional no Brasil, tratando o Congresso como um ambiente institucionalizado.

Através desta questão, busca-se analisar através de dados ainda não observados como a profissionalização política de deputados que ficaram de quatro a cinco anos na Câmara dos Deputados e de senadores que ficaram de dois a três mandatos no Senado, todos no período de 1994 a 2010; se a teoria informacional se aplica como resposta para a manutenção dos políticos em seus cargos eletivos, ou seja, se estes parlamentares recorrem ao ganho de informações, que pode ser feito através de cursos, para que a comissão tenha menos prejuízos com projetos de lei irrelevantes e sem sentido.

1.4. Objetivo geral

O objetivo geral é apresentar e discutir dados sobre parlamentares que são tratados como políticos profissionais e fazer relação de suas atividades no Congresso Nacional com a teoria informacional. Por exemplo, saber se há relação entre suas atividades profissionais externas ao Congresso Nacional e formação acadêmica, e a escolha de comissões.

1.5. Metodologia

Para a produção desta monografia foram adotados os métodos de levantamento de dados, pesquisa biográfica, e pesquisa bibliográfica.

Primeiramente, foi feito um levantamento das eleições, entre 1994 e 2010, para deputado (a) federal e para senador (a) a partir do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A ideia inicial era levantar dados até as eleições de 2014, porém o registro não consta no site do TSE. Foram escolhidos deputados que possuíam entre quatro e cinco mandatos e senadores que possuíam entre dois e três mandatos, o que corresponde para ambos dezesseis anos ou mais no parlamento. A justificativa para a escolha de dezesseis anos ou mais na carreira legislativa é para investigar possíveis casos de profissionalização política no Congresso Nacional.

Em seguida, foi feita uma busca nos sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a biografia de cada parlamentar que preenchia o requisito da monografia. Na pesquisa biográfica os dados levantados foram os nomes dos parlamentares, a formação acadêmica, as atividades profissionais fora do parlamento, o número de mandatos e as comissões que estes ingressaram.

No levantamento, as variáveis buscadas foram o número de mandatos no Congresso Nacional, especificamente aqueles que atuam ou atuaram por dezesseis anos ou mais entre os anos de 1994 e 2010. No entanto, foram constatados 74 deputados e 34 senadores que se encaixaram no perfil, totalizando 108 parlamentares.

No capítulo 1 foi descrito o funcionamento, resumido, do sistema democrático representativo brasileiro pelo fato de as legislaturas escolhidas para esta monografia são dos anos posteriores a Constituição Federal de 1988. Com base da leitura Nelson W. Polsby (1968) é salientado como ocorre a institucionalização do Congresso Nacional, e a partir de Jairo Nicolau (2007) é descrito como se dá a eleição para o Legislativo federal brasileiro.

Outro ponto importante que foi destacado nesta monografia foi o processo da escolha de líderes e membros das comissões no Congresso Nacional, tudo com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados e no Regimento Interno do Senado

Federal, o objetivo principal era observar se a formação acadêmica influenciava nesta decisão. Além do mais, foram descritas algumas das motivações destes parlamentares de quererem a política como profissão.

Para o capítulo 2, foram produzidas tabelas com dados referentes aos nomes dos parlamentares e os números de mandatos, e com dados sobre as preferências por comissões de acordo com as atividades profissionais externas ao Congresso Nacional. Gráficos também fazem parte desta monografia com informações sobre o número de reeleitos por estados e Regiões do Brasil, sobre as participações em comissões no geral, e sobre a formação acadêmica de cada um. Tudo para fazer um estudo da teoria informacional no Congresso Nacional a partir do estudo sobre os políticos profissionais, com base em David Samuels (2000), João Pedro Paro (2014), Martin Unzué (2012), Cristiane de Almeida Maia (2010) e Keneth Shepsle (2010).

2. BREVE DISCUSSÃO SOBRE O SISTEMA DEMOCRÁTICO REPRESENTATIVO BRASILEIRO

Nesta parte será discutida a visão de alguns autores em relação à democracia representativa no Brasil e suas influências sobre os eleitores em relação a candidatos a eleição e eleitos, a institucionalização do Congresso Nacional de acordo com a visão de Nelson W. Polsby (1968), e as motivações dos representantes a sentirem a necessidade de se manterem em seus cargos ou até mesmo sentirem interesse na subida de cargo tornando-os políticos profissionais. O ingresso e a atuação destes representantes no Congresso Nacional serão levados em consideração pelo fato de a participação destes em comissões serem vistos, nesta monografia, como um fator relevante para a reeleição. Para isto, serão observados alguns meios que estes parlamentares utilizam para mostrar aos eleitores o porquê de eles merecerem continuar como seus representantes.

O Brasil é considerado uma democracia representativa, termo discutido por Paulo Bonavides (2006), Gabriel Vitullo (2009) e Luis Felipe Miguel (2005), porque a sociedade entrega nas mãos de representantes o poder de tomar decisões em prol do bem comum do País. Estes representantes terão um papel importante na busca pela garantia dos direitos de toda a população (tanto das majorias quanto das minorias sociais), esses representantes estão distribuídos nos Poderes Legislativo e Executivo. Bonavides (2006) faz diferenciação entre democracia direta e indireta, que a primeira é onde o povo tem total controle das decisões políticas, e a segunda é onde o poder é concentrado nas mãos de poucos que assumem o cargo de representantes através no sufrágio universal, direito garantido pela Constituição Federal de 1988. O termo que é criticado por Gabriel Vitullo (2009) por considerar democracia algo distante de representatividade, pelo fato de enxergar que um anula o outro, ou seja, a democracia é um sistema em que o povo tem poder de decisão e a representatividade é o regime no qual uns poucos falam em nome do povo. Já Luis Felipe Miguel (2005) defende que há algo que garanta a legitimidade de uma democracia representativa, se chama *accountability*. Miguel (2005, p. 25-27) debate sobre a relação entre "representantes e representados" dentro de uma democracia, especificamente da democracia representativa, afirmando que a *accountability* e a responsividade influenciam nessa

relação. Os dilemas apontados ao longo de seu debate são as questões levantadas sobre a efetividade da *accountability* trazendo até a opção de um enfraquecimento desta.

Miguel (2005) faz crítica à questão da pouca participação popular no campo político o que gera maior concessão de poder de decisão para os governantes, e diante desse problema, a *accountability* surge como um artifício que garante certa ‘prestação de contas’ das ações dos governantes perante os governados. A responsividade, segundo Miguel (2005), é o momento, no qual, o governante se dispõe a defender interesses dos governados. Na questão da confiança do representado em relação ao representante, Miguel (2005, p.27-29) debate sobre o peso das ações e decisões destes últimos no momento dos eleitores lhes darem um voto.

2.1. A institucionalização do Legislativo federal brasileiro com base na teoria de Nelson Polsby

A Constituição Federal do Brasil de 1988 deixa claro que existem regras para se tornar um representante do povo. Especificamente no Título IV Capítulo I são encontradas as regras para se tornar um representante da população brasileira no Poder Legislativo. Entre os art.44 e art.47, constam as regras de funcionamento do Congresso Nacional, havendo a divisão entre Câmara dos Deputados e Senado Federal, estão elencados nesses artigos as formas de eleição para a obtenção de cadeiras em ambas as Casas. Como o Legislativo é um órgão público originário da Constituição, este é considerado independente em relação sua posição estatal, isso quer dizer que, este órgão compõe um dos três Poderes do Estado, outros dois são o Executivo e o Judiciário.

O Legislativo brasileiro é visto como um órgão institucionalizado, o que significa que este é regido por leis, normas e regras; sendo a Constituição Federal de 1988 a instituição mais importante. Em seguida as Casas (Senado Federal e Câmara dos Deputados) que compõem o Congresso Nacional possuem seus regimentos internos e o regimento comum. Isto é, seus agentes devem cumprir o que é estabelecido por essas instituições.

Nelson W. Polsby (1968, p.145) ao redigir sobre a institucionalização da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América, elenca a três principais características

de um órgão institucionalizado, sendo a primeira sobre a natureza do órgão, que este é um ambiente distinto que não se confunde com outros órgãos, assim como seus membros e o que se tornar parte desse ambiente não é tarefa fácil. A primeira característica inclusive trata da escolha de líderes, que esta é feita internamente. A segunda característica ressalta a complexidade da organização e a distribuição das funções em seu interior. E, por fim, a terceira característica frisa o aspecto "universalista" na tomada de decisões no âmbito da tomada de decisão e as regras para evitar conflitos entre seus agentes como o "nepotismo e o favoritismo". Estas características são visíveis no Legislativo brasileiro, pois há complexidade na organização interna do Congresso Nacional, o ingresso é feito através da eleição por voto proporcional para o título de deputado e majoritário para o título de senador. Jairo Nicolau (2007) trata do sistema eleitoral brasileiro considerando o sistema proporcional de lista aberta como oficial nas eleições para deputados, neste caso o que entra em disputa são as cadeiras que representam proporcionalmente cada estado brasileiro e o Distrito Federal, no total são 513 cadeiras, para obter um lugar na Câmara dos Deputados é necessário que o partido político atinja o quociente eleitoral

Jairo Nicolau (2007, p.295-297) destaca logo mais a falta de informação do eleitor em relação ao seu voto, ele argumenta que muitos eleitores votam no candidato sem levar em consideração que o voto irá para o partido político e, que por ser sistema de lista aberta e haver a possibilidade de diversos partidos se coligarem, o voto do eleitor poderá eleger outro candidato.

De acordo com a Constituição Federal, o voto para senador é majoritário, ou seja, quem ganhar mais votos leva a cadeira. A eleição para senador segue a lógica 1/2 e 2/3, isto é, em uma eleição os eleitores votam em um candidato para representar seu estado ou o Distrito Federal e na próxima eleição serão escolhidos dois candidatos para representar cada estado e o Distrito Federal. Isso quer dizer que um senador representa por oito anos, enquanto um deputado tem posse da cadeira na Câmara por quatro anos.

Polsby (1968) ao descrever as características de uma organização institucionalizada, considera que a escolha das lideranças é feita internamente, é o que ocorre na Câmara dos Deputados no Brasil, do art. 9º ao art. 11º-A do Regimento Interno da Câmara dos Deputados fica explícito como ocorre a escolha dos líderes

partidários ou de blocos parlamentares e da liderança do governo, e o mesmo se encontra entre o art. 61 e art. 66-A do Regimento Interno do Senado Federal. Serão considerados líderes aqueles que por votação dentro de representação partidária ou de blocos parlamentares representarem no mínimo um centésimo de suas respectivas Casas; estes têm prerrogativas de, por exemplo, escolher seus vice-líderes, fazer o uso da palavra, a distribuição de membros do seu bloco em comissões e fazer indicação de candidatos aos cargos da Mesa.

A segunda característica apontada por Polsby (1968) é a complexidade da organização, ou seja, como é feita a separação dos trabalhos dentro desta. No Congresso Nacional há divisão que são representadas por comissões, estas podem ser permanentes, temporárias ou mistas. Gustavo Muller (2005) trabalha sobre as comissões da Câmara dos Deputados, especificamente sobre como são feitas as distribuições de deputados entre comissões e como se dá o processo de profissionalização política dos parlamentares dentro destas. Muller (2005, p.374-376) faz destaque às distintas linhas de organização das comissões feitas pelos neo-institucionalistas e afirma que a linha que mais próxima ao caso brasileiro é a “partidária”, onde os líderes de partidos têm forte influência sob seus liderados.

Muller (2005, p.378- 379) faz uma análise das migrações de parlamentares entre blocos e partidos e conclui que os blocos mais fortes são aqueles nos quais os membros possuem a mesma linha ideológica. A “lealdade partidária” é apontada por Muller (2005) como um fator importante na distribuição de parlamentares em comissões, ou seja, quanto mais leal à ideologia de seus partidos ou bloco, maiores as chances de ganhar cadeira em comissão permanente relevante ao partido. Eduardo Leoni, Carlos Pereira e Lúcio Rennó (2003) apontam a ideologia política como um dos pontos cruciais no momento de escolha de cargo no qual o candidato à eleição no parlamento, se este vai escolher se manter no posto ou se vai escolher crescer politicamente em cargos superiores como senador ou governador, os autores alegam que há relação entre ideologia de partidos de direita e ideologia de partidos de esquerda, quem segue a primeira ideologia é tentado a manter seu cargo enquanto o segundo se vê tentado a procurar cargos de maior destaque.

Polsby (1968) apresenta a terceira característica de uma organização institucionalizada, isto é, como são feitas as distribuições de funções, no caso do Congresso Nacional são as funções em comissões, porém o que diferencia é a questão das indicações, os membros de comissões são indicados pelos líderes de blocos ou partidos; porém, assim como Muller (2005) apresentou em seu trabalho, a cadeira em comissão geralmente é ganha por mérito do parlamentar, ou seja, pelo reconhecimento do líder de que o parlamentar está apto a ocupar a cadeira.

Retomando ao assunto Comissões, na Câmara dos Deputados existem 23 comissões permanentes, enquanto no Senado Federal são doze; as duas Casas trabalham em conjunto nas comissões mistas. Essas comissões seguem com o objetivo de maior eficiência e organização dos trabalhos nas Casas do Congresso Nacional. Cada comissão trata de um campo temático, ou seja, nela são apreciados projetos de leis que lhe são facultados.

Para compreender melhor o funcionamento do Legislativo, dando ênfase no comportamento dos parlamentares dentro das comissões, Fernando Limongi (1994) e Emerson Oliveira do Nascimento (2010) apontam diferentes modelos, não enfocando apenas no caso brasileiro. Eles ressaltam que são três: distributivo, informacional e partidário. É importante tomar conhecimento destes modelos para poder entender melhor o caso das comissões no Congresso Nacional brasileiro. Em resumo, segundo Limongi (1994) e Nascimento (2010), o modelo distributivista se refere à ideia de que o parlamentar vive em um ambiente altamente competitivo e almeja uma reeleição, uma das ferramentas utilizadas para obter êxito é a interação com outros parlamentares para uma ‘troca de favores’ no momento de votação de projetos, porém, não há garantia de reciprocidade, pois apesar da ‘troca de favores’ o modelo trata os parlamentares como seres individualistas, ou seja, que visam apenas os próprios interesses. Para Limongi (1994) e Nascimento (2010), o modelo informacional trata os parlamentares como indivíduos que buscam uma profissionalização política, isso quer dizer que, eles procuram se especializar cada vez mais em temas de relevância para a comissão na qual compõe, ou sobre temas relevantes para o estado que representa, mas assim como o modelo distributivo, há uma troca entre os parlamentares, como a de informações. O modelo partidário, de acordo com Limongi (1994) e Nascimento (2010), é aquele no qual, o

partido influencia no comportamento do parlamentar, como ‘manipulando’ o voto de seus membros durante as tomadas de decisão dentro das comissões, e que estas decisões devem trazer maior benefício para o partido; os partidos majoritários são os maiores beneficiados com este modelo por distribuírem uma maior quantidade de membros nas comissões.

2.2. As Comissões no Congresso Nacional do Brasil

As comissões no parlamento brasileiro possuem as prerrogativas de admissibilidade e de mérito para manter o curso do projeto de lei ou de arquivá-lo. A comissão que se destaca por possuir caráter terminativo, isto é, pode decidir por manter ou encerrar trâmite do projeto depois de analisar a constitucionalidade deste, é a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania na Câmara dos Deputados, disposta no art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. No Senado Federal, tem poder terminativo é a comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Segue a lista de Comissões Permanentes no Congresso Nacional do Brasil:

Quadro 1: Sobre as comissões permanentes na Câmara dos Deputados

Comissões Permanentes da Câmara
• Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR
• Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI
• Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC
• Comissão de Cultura - CCULT
• Comissão de Defesa do Consumidor - CDC
• Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CPD
• Comissão de Desenvolvimento Urbano - CDU
• Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços - CDEICS
• Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM
• Comissão de Educação - CE

• Comissão do Esporte - CESPO
• Comissão de Finanças e Tributação - CFT
• Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC
• Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia - CINDRA
• Comissão de Legislação Participativa - CLP
• Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS
• Comissão de Minas e Energia - CME
• Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN
• Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO
• Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF
• Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP
• Comissão de Turismo - CTUR
• Comissão de Viação e Transportes - CVT

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes>

Quadro 2: Sobre as comissões permanentes no Senado Federal

Comissões Permanentes do Senado Federal
• Assuntos Econômicos (CAE)
• Assuntos Sociais (CAS)
• Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)
• Diretora
• Educação, Cultura e Esporte (CE)
• Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)
• Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)
• Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)
• Serviços de Infraestrutura (CI)

<ul style="list-style-type: none">• Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)
<ul style="list-style-type: none">• Agricultura e Reforma Agrária (CRA)
<ul style="list-style-type: none">• Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/comissoes-permanentes>

2.3. A decisão do parlamentar de se manter no poder

Como discutido anteriormente, com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados art. 9º ao art. 11º-A e o Regimento Interno do Senado Federal art. 61 ao art.66- A, a composição das comissões vai de acordo com a decisão dos líderes de partidos e bloco parlamentares, estes buscam encaixar parlamentares que possuem maior conhecimento sobre o assunto tratado numa comissão específica, isto é um fator que caracteriza um parlamentar como político profissional, isso quer dizer, segundo Luis Flávio Gomes (2015), que o parlamentar procura pela permanência no mesmo cargo por tempo indeterminado.

Autores como Limongi (1994) e Nascimento (2010) debatem sobre o interesse do parlamentar de se manter no cargo com a busca da especialização em determinados assuntos, pois esta busca é um fator que pode possibilitar uma futura reeleição. Mas será que o único objetivo do parlamentar é a reeleição?. No texto de Carlos Pereira e Lucio Rennó (2001) são explicitados alguns dos motivos nos quais justificam a iniciativa do parlamentar decidir se manter como parlamentar ou seguir em ascensão na carreira política como se tornar um membro do Poder Executivo. Pereira e Rennó (2001) apontam o gasto de campanha como um dos fatores determinantes para a reeleição, este gasto é uma variável que mostra o quão determinado está o parlamentar para seguir na carreira política, ou seja, quanto mais este gasta, maior a chance de reeleição; e apontam uma profissionalização política de parlamentares que visam ganhar votos de determinadas regiões trabalhando em prol destas. Pereira e Rennó (2001) citam Samuels (2000) que argumenta sobre as trocas constantes de parlamentares no Congresso Nacional, justamente pelo fato de que quanto mais destaque na arena política, maior a

chance do parlamentar buscar um crescimento na carreira se candidatando a cargos no Executivo (como cargos em Ministérios ou como Governadores) ou até mesmo como Senador, dando enfoque à Câmara dos Deputados. Eduardo Leoni, Carlos Pereira e Lúcio Rennó (2003) enfatizam as diferenças nas eleições entre a Câmara dos Deputados e Senado Federal para justificar a motivação de um parlamentar bem sucedido optar por concorrer a um cargo mais elevado. Leoni, Pereira e Rennó (2003) também afirmam que a participação destes parlamentares em comissões como líderes afetam a popularidade deste no momento de decidir entre se manter no cargo ou concorrer a posto mais alto.

Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo e Rafael Silveira e Silva (2013, p.286) já apontam outro fator que pode ser crucial para o parlamentar se manter no cargo em uma reeleição, é este ser um “titular de agenda”. Araújo e Silva (2013) expõem que um “titular de agenda” pode ser tanto um autor de projeto quanto um relator. É importante para um parlamentar que visa uma reeleição mostrar trabalho para os eleitores, ou seja, um dos meios é a produção de projetos de leis ou pareceres de projetos que se mostram de utilidade pública, os eleitores levam em consideração a representatividade do candidato à eleição, ou seja, estes eleitores buscam alguém que podem trabalhar a favor da população. Um político profissional procura se especializar em determinados assuntos, como afirmam Pereira e Rennó (2001), a obtenção de sucesso numa reeleição às vezes depende muito mais da especialidade do candidato do que o partido que este representa.

No caso brasileiro, candidatos que se destacam por lutarem por uma causa específica na qual o eleitorado acredita, têm mais chances de entrarem e se manterem no poder, isso poder acarretar do partido político decidir quais candidatos serão mantidos nas próximas disputas eleitorais. Além do financiamento de campanha, que é apontado por Pereira e Rennó (2001) como uma variável fundamental para a reeleição; da produção e discussão de projetos de leis, Araújo e Silva (2013) citam Miguel (2003) que defende que outro fator crucial para a reeleição, é a utilização da mídia para uma aproximação com os eleitores, porém, este assunto não será abordado nesta monografia.

No capítulo a seguir, serão apresentados e discutidos dados empíricos sobre os assuntos abordados neste capítulo como a reeleição dos parlamentares, quais estados

representam, quais suas profissões, quais suas formações acadêmicas e quais comissões compõem.

3. LEVANTAMENTO DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1. Representantes e representados

Neste capítulo serão apresentados os dados obtidos através do site do Tribunal Superior Eleitoral sobre as eleições para deputados federais e senadores entre os anos de 1994 e 2010; no caso dos deputados, foram listados aqueles que foram reeleitos de quatro a cinco vezes dentro deste período e os senadores reeleitos de duas a três vezes.

Para a produção das tabelas, dos quadros e dos gráficos, foi necessário acessar a biografia de cada um nos sites de suas respectivas Casas Legislativas.

A tabela abaixo contém os nomes dos parlamentares que se encaixaram na pesquisa e que compõem a Câmara dos Deputados:

Tabela 1: Levantamento dos nomes dos deputados

(Continua)

DEPUTADOS COM 4 OU 5 MANDATOS (ELEIÇÕES ENTRE 1994 E 2010)	
NOME DOS(AS) DEPUTADOS(AS)	NÚMERO DE MANDATOS
ABELARDO LUIZ LUPION MELLO	4
ALEXANDRE AGUIAR CARDOSO	4
ALEXANDRE JOSE DOS SANTOS	4
ANÍBAL FERREIRA GOMES	5
ANTONIO MARCELO TEIXEIRA SOUSA	4
ARNALDO FARIA DE SÁ	4
AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA	4
ATILA FREITAS LIRA	4
ÁTILA SIDNEY LINS DE ALBUQUERQUE	5
CARLOS EDUARDO CINTRA DA COSTA PEREIRA	4
CLAUDIO CAJADO SAMPAIO	5
DARCISIO PAULO PERONDI	5
DILCEU JOÃO SPERAFICO	5
EDSON BEZ DE OLIVEIRA	5

Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores>

Tabela 1: Levantamento dos nomes dos deputados**(Continuação)**

DEPUTADOS COM 4 OU 5 MANDATOS (ELEIÇÕES ENTRE 1994 E 2010)	
NOME DOS(AS) DEPUTADOS(AS)	NÚMERO DE MANDATOS
EDSON EZEQUIEL DE MATOS	4
EDUARDO LUIZ BARROS BARBOSA	4
ELCIONE THEREZINHA ZAHLUTH BARBALHO	4
ENIO EGON BERGMANN BACCI	4
FÁTIMA LÚCIA PELAES	5
FERNANDO DANTAS FERRO	5
GASTAO DIAS VIEIRA	4
GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA	4
GIOVANNI CORREA QUEIROZ	4
HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES	5
HERMES PARCIANELLO	4
INOCENCIO GOMES DE OLIVEIRA	5
JAIR MESSIAS BOLSONARO	5
JOÃO ALBERTO PIZZOLATTI JÚNIOR	4
JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO	5
JORGE ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO	5
JORGE KHOURY HEDAYE	4
JORGE RICARDO BITTAR	4
JOSE ALDO REBELO FIGUEIREDO	4
JOSE ALVES ROCHA	4
JOSE ARNON CRUZ BEZERRA DE MENEZES	4
JOSÉ BARROSO PIMENTEL	4
JOSE BENITO PRIANTE JUNIOR	4
JOSE CARLOS ALELUIA COSTA	4
JOSE FRANCISCO PAES LANDIM	5
JOSÉ LINHARES PONTE	4
JOSE SARNEY FILHO	5
JOSE SEVERIANO CHAVES	5
JOVAIR DE OLIVEIRA ARANTES	5
JULIO CESAR DE CARVALHO LIMA	4

Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores>

Tabela 1: Levantamento dos nomes dos deputados**(Conclusão)**

DEPUTADOS COM 4 OU 5 MANDATOS (ELEIÇÕES ENTRE 1994 E 2010)	
NOME DOS(AS) DEPUTADOS(AS)	NÚMERO DE MANDATOS
JUTAHY MAGALHÃES JÚNIOR	4
LAEL VIEIRA VARELLA	4
LUCIANO DE SOUZA CASTRO	5
LUIS CARLOS HEINZE	4
LUIZ CARLOS JORGE HAULY	4
LUIZ GONZAGA PATRIOTA	4
LUIZ ROBERTO DE ALBUQUERQUE	4
MARCELO COSTA E CASTRO	4
MARINHA CELIA ROCHA RAUPP DE MATOS	4
MÁRIO SILVIO MENDES NEGROMONTE	4
MAURO RIBEIRO LOPES	4
MAX ROSENMANN	4
MILTON ANTONIO CASQUEL MONTI	4
MIRO TEIXEIRA	4
NELSON MEURER	5
NELSON TRAD	4
NICE LOBAO	4
OSVALDO DE SOUZA REIS	4
PAUDERNEY TOMAZ AVELINO	4
PAULO ROBERTO GALVÃO DA ROCHA	4
PEDRO FERNANDES RIBEIRO	4
PEDRO HENRY NETO	4
PEDRO NOVAIS LIMA	5
PEDRO PINHEIRO CHAVES	4
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	4
ROBERTO EGIDIO BALESTRA	5
RONALDO RAMOS CAIADO	4
SIMAO SESSIM	5
VALDEMAR COSTA NETO	4
VICENTE FERREIRA DE ARRUDA COELHO	5
VICTOR PIRES FRANCO NETO	4

Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores>

A partir da busca de deputados que se elegeram de quatro a cinco vezes, entre os anos de 1994 (50ª Legislatura) e 2010 (54ª Legislatura) feita no site do TSE, e a produção da tabela 1, foram constatados 76 que se enquadraram no perfil. Dentre eles, apenas 24 se elegeram cinco vezes, ou seja, em todas as Legislaturas pesquisadas.

Nessa mesma pesquisa, foi possível observar o alto índice de renovação da Câmara dos Deputados, pois o total de deputados eleitos e reeleitos, entre os anos 1994 e 2010, foi de 2119.

Outro detalhe interessante neste levantamento é a quantidade de deputadas reeleitas, estas totalizam apenas 5,26%.

Além de elencar os deputados e deputadas que encaixavam no perfil procurado para esta monografia, também foi produzida uma lista de senadores e senadoras que se enquadram no perfil procurado. Com base nessa lista de senadores, foi produzida a tabela a seguir:

Tabela 2: Levantamento dos nomes dos senadores

(Continua)

SENADORES(AS) COM 4 OU 5 MANDATOS (ELEIÇÕES ENTRE 1994 E 2010)	
NOME DOS(AS) SENADORES(AS)	NÚMERO DE MANDATOS
ALVARO FERNANDES DIAS	2
AMIR FRANCISCO LANDO	2
ANTERO PAES DE BARROS NETO	2
ANTONIO CARLOS VALADARES	3
DELCÍDIO DO AMARAL GOMEZ	2
DEMOSTENES LAZARO XAVIER TORRES	2
EDISON LOBAO	3
EDUARDO MATARAZZO SUPPLY	2

Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores>

Tabela 2: Levantamento dos nomes dos senadores**(Conclusão)**

SENADORES(AS) COM 4 OU 5 MANDATOS (ELEIÇÕES ENTRE 1994 E 2010)	
NOME DOS(AS) SENADORES(AS)	NÚMERO DE MANDATOS
FERNANDO DE SOUZA FLEXA RIBEIRO	2
FRANCISCO MOZARILDO DE MELO CAVALCANTI	2
GARIBALDI ALVES FILHO	2
GERSON CAMATA	2
JADER FONTENELLE BARBALHO	2
JOÃO ALBERTO DE SOUZA	2
JOÃO BATISTA DE JESUS RIBEIRO	2
JONAS PINHEIRO DA SILVA	2
JOSÉ AGRIPINO MAIA	3
JOSE JEFFERSON CARPINTEIRO PERES	2
JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS	2
LEOMAR DE MELO QUINTANILHA	2
LUCIA VANIA ABRAO COSTA	2
MAGNO PEREIRA MALTA	2
MARCELO BEZERRA CRIVELLA	2
MARIA DO CARMO DO NASCIMENTO ALVES	2
OSMAR FERNANDES DIAS	2
PAULO RENATO PAIM	2
PEDRO JORGE SIMON	2
RAMEZ TEBET	2
ROBERTO REQUIAO DE MELLO E SILVA	2
ROBERTO SATURNINO BRAGA	2
ROMERO JUCA FILHO	3
ROMEU TUMA	2
SEBASTIÃO AFONSO VIANA MACEDO NEVES	2
VALDIR RAUPP DE MATOS	2
VICENTE ALVES DE OLIVEIRA	2

Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-antiores>

Assim como a lista de deputados, a lista de senadores na tabela 2 foi retirada do site do TSE, o total de senadores(as) reeleitos(as) entre 1994 e 2010 é de 34. Para o número de senadores é diferente a quantidade de mandatos porque uma Legislatura no Senado Federal dura oito anos. Nota-se que apenas quatro dos senadores elencados se

elegeram três vezes, ou seja, em todas as eleições seguidas dentro do período pesquisado.

Com base no levantamento de dados do TSE, 377 senadores foram eleitos entre 1994 e 2010, o que leva a conclusão de que a rotatividade no Senado Federal também é grande.

Assim como foi observado no levantamento de deputados (as), o número de mulheres que se reelegeram, no período de tempo pesquisado, no Senado Federal é baixo, de apenas 5,88%.

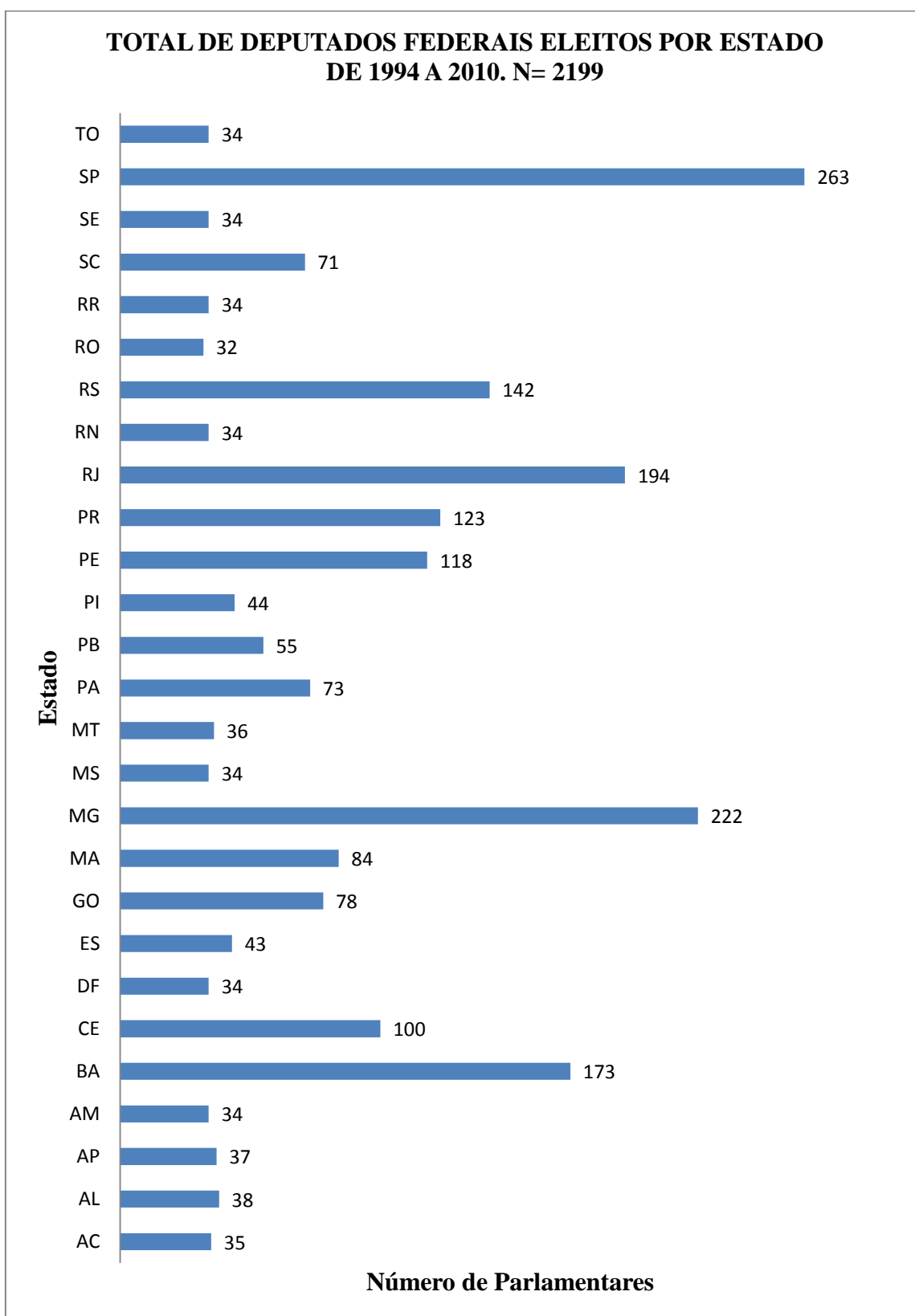
O número de eleitos entre os anos de 1994 e 2010 foram de 2497 parlamentares, isso quer dizer que a soma das duas tabelas acima compreende apenas 4,40% deste total.

Samuels (2000) ressalta a alta rotatividade de parlamentares no Legislativo federal brasileiro, umas das justificativas que o autor dá é a ambição do parlamentar, isso quer dizer que muitos optam por não continuar no cargo para concorrer a cargos melhores, como cargos no Executivo. Outro fato apontado por Samuels (2000, p.485) que explica a alta rotatividade é a competição eleitoral, no caso da Câmara dos Deputados que o voto é proporcional de lista aberta, como já foi explicado anteriormente através de Jairo Nicolau (2007), torna mais difícil para o parlamentar uma reeleição. Samuels (2000) destaca o porquê da escolha de alguns parlamentares em tentar construir uma carreira no Executivo, o motivo é que o parlamentar busca mais poder de decisão e ação com pouca ou sem a necessidade do voto favorável de outros governantes, que é a função das comissões do Congresso Nacional.

Através dos dados colhidos para esta monografia, foram produzidos gráficos para facilitar no momento de observar essa alta rotatividade de parlamentares, mais uma vez lembrando que o período investigado foi das eleições de 1994 a 2010.

Logo abaixo, segue o gráfico de deputados eleitos por estado:

Gráfico 1: Número total de deputados eleitos nos anos de 1994 a 2010



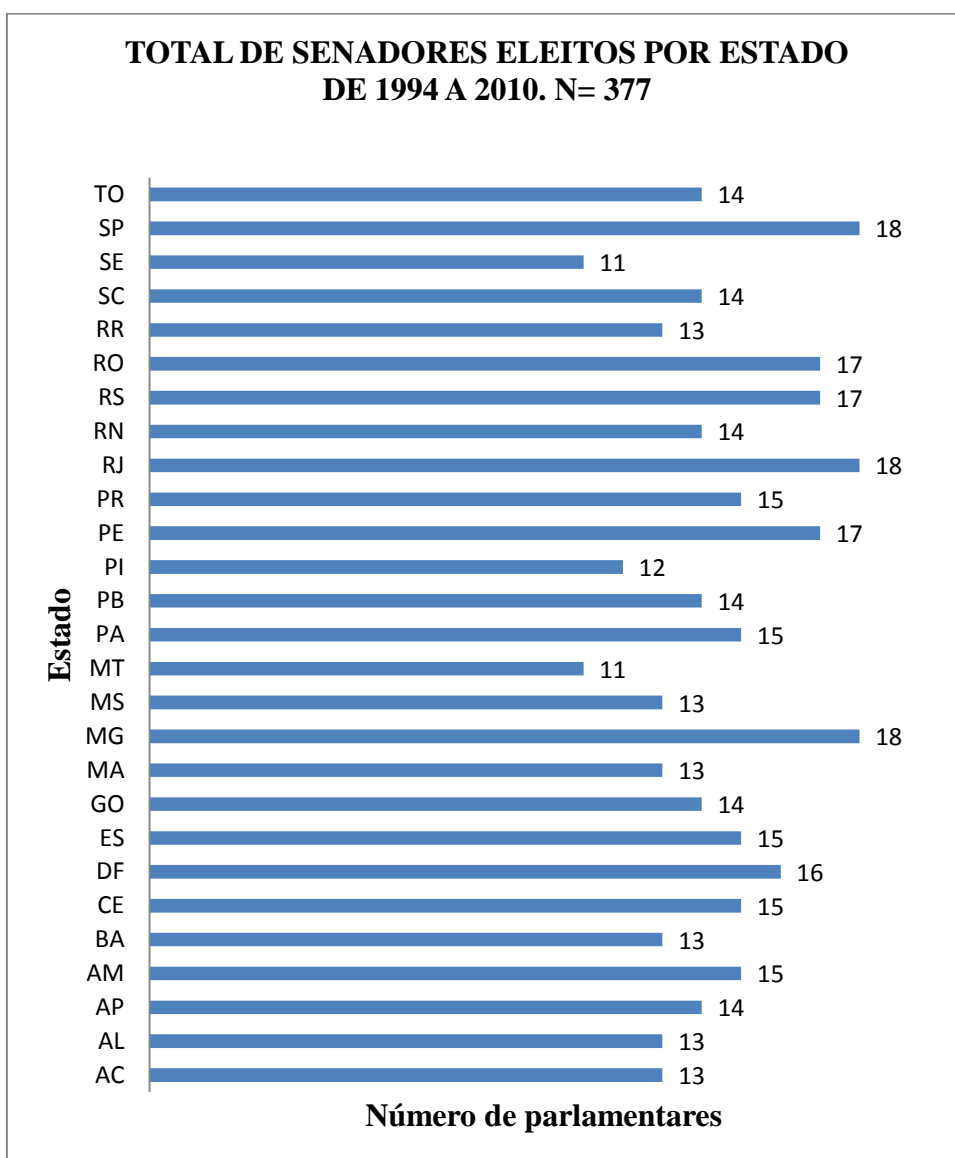
Fonte: Dados da Pesquisa

Analisando o gráfico 1, nota-se que os três estados com maior número de eleitos são Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Samuels (2000) descreve em seu estudo que dependendo da proporção da população de cada estado, a Constituição Federal permite que haja entre oito e setenta deputados como representantes. São Paulo, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é o estado com o maior número de habitantes, isso quer dizer que o estado possui a maior representação na Câmara dos Deputados.

Além de elencar os dados sobre deputados eleitos, também foram elencados os senadores. Os dados para senadores se diferem dos dados para deputados pelo fato de que constitucionalmente, o Senado Federal possui menos cadeiras, total de 81, e não exige proporcionalidade no voto. De acordo Bruno André Blume (2016), o Senado Federal é conhecido como a Câmara Alta, enquanto a Câmara dos Deputados é conhecida como a Câmara Baixa do Congresso Nacional; a primeira mais conhecida como a Casa que representa o povo, por isso seu número maior de cadeiras; e a segunda Casa tem representantes dos Estados e do Distrito Federal, como o número de representados pelo Senado é menor, não há necessidade de tantas cadeiras.

Com os dados colhidos sobre os senadores, foi possível a produção de um gráfico com o total de representantes eleitos por estado. Segue o gráfico 2:

Gráfico 2: Número total de senadores eleitos nos anos de 1994 a 2010

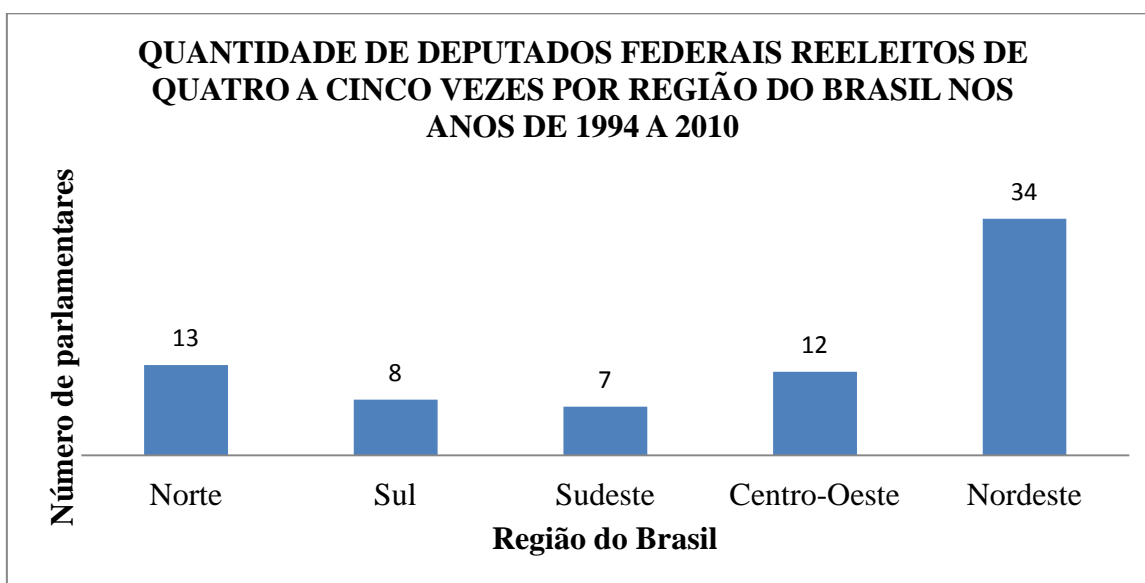


Fonte: Dados da Pesquisa

Mais uma vez, os dados mostram que os estados da Região Sudeste elegeram mais senadores por serem estados mais populosos. A partir do funcionamento da Constituição Federal de 1988 art. 46, ficou estabelecido o voto majoritário para senador, as eleições ocorrem a cada quatro anos sendo que em uma eleição cada estado elege um senador e na próxima eleição elege dois senadores, o mandato desses parlamentares dura oito anos cada.

Com os dados sobre eleitos e reeleitos, foi permitida a produção dos gráficos 3 e 4 que dispõem sobre o número de reeleitos por Região do Brasil. Sendo o gráfico 3 sobre os deputados federais.

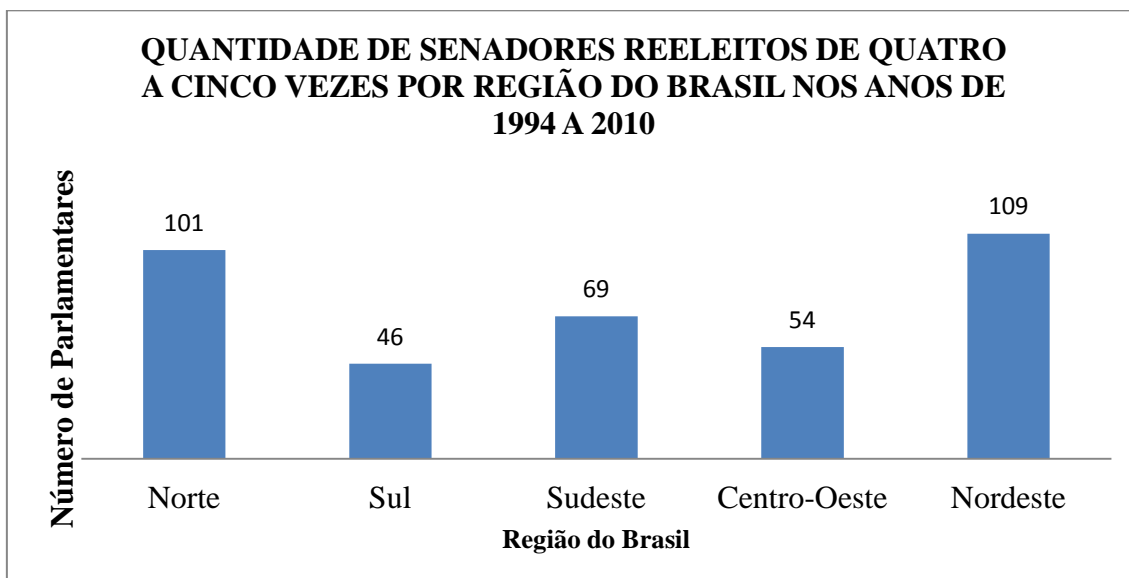
Gráfico 3: Número de deputados reeleitos por Região do Brasil entre 1994 e 2010 de acordo com o critério de pesquisa



Fonte: Dados da Pesquisa

Observando o gráfico 3, a Região Nordeste é a que mais possui reeleitos no período pesquisado e a Região Sudeste é a que menos reelege deputados federais apesar de ter os três estados mais populosos do País. Além de mostrar a situação da Câmara dos Deputados, é importante mostrar a situação do Senado Federal no gráfico abaixo:

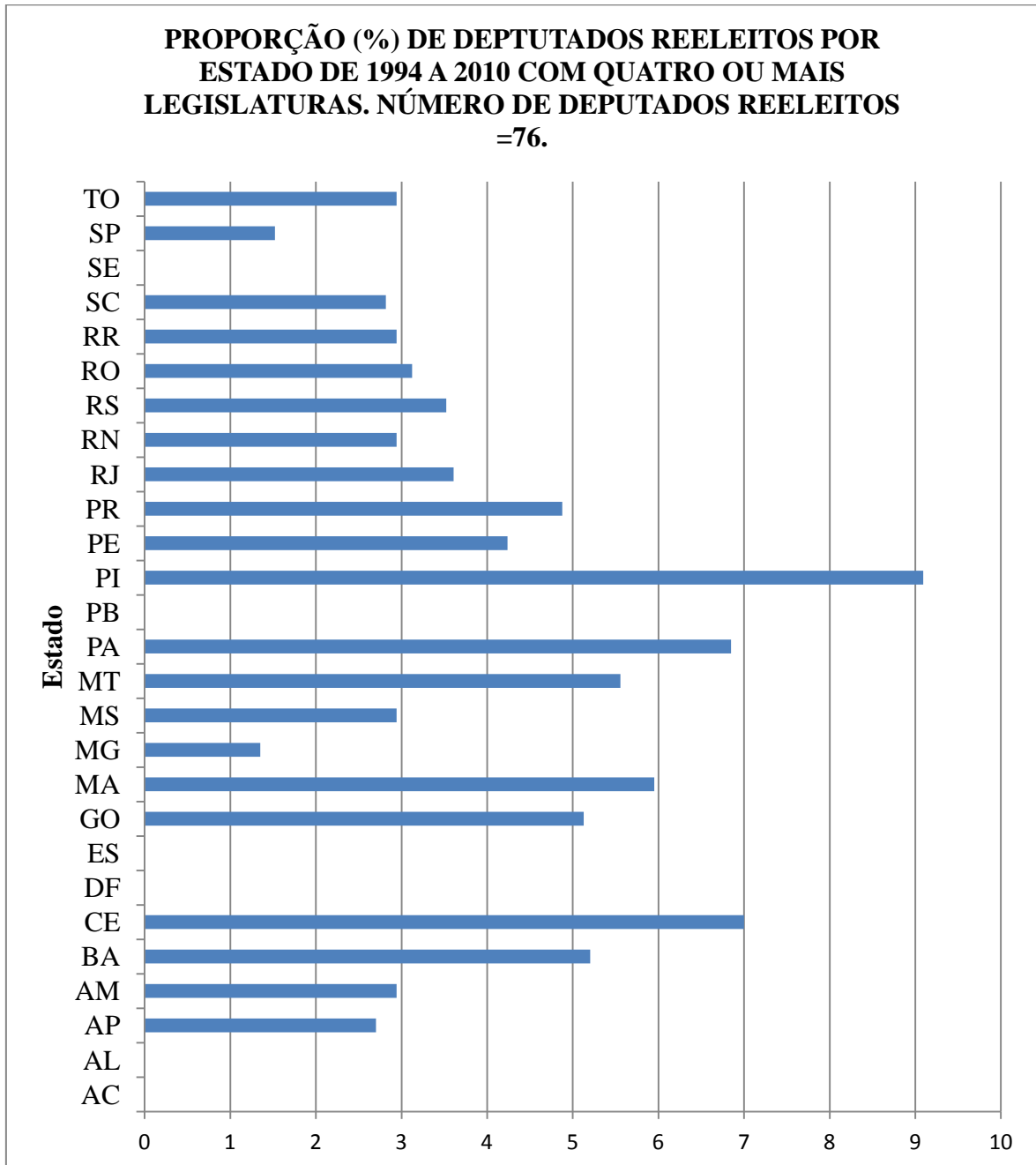
Gráfico 4: Número de senadores reeleitos por Região do Brasil entre 1994 e 2010 de acordo com o critério de pesquisa



Fonte: Dados da Pesquisa

A Região Nordeste, no gráfico 4, mais uma vez se destaca pelo maior número de reeleitos, porém a Região Sudeste, diferentemente do gráfico 3, mostra mais interesse em reeleger senador do que deputado. As proporções dos dados também são importantes para comparar as duas Casas legislativas. Daí os gráficos 5 e 6 que representam em porcentagem, a proporção de reeleitos por estado.

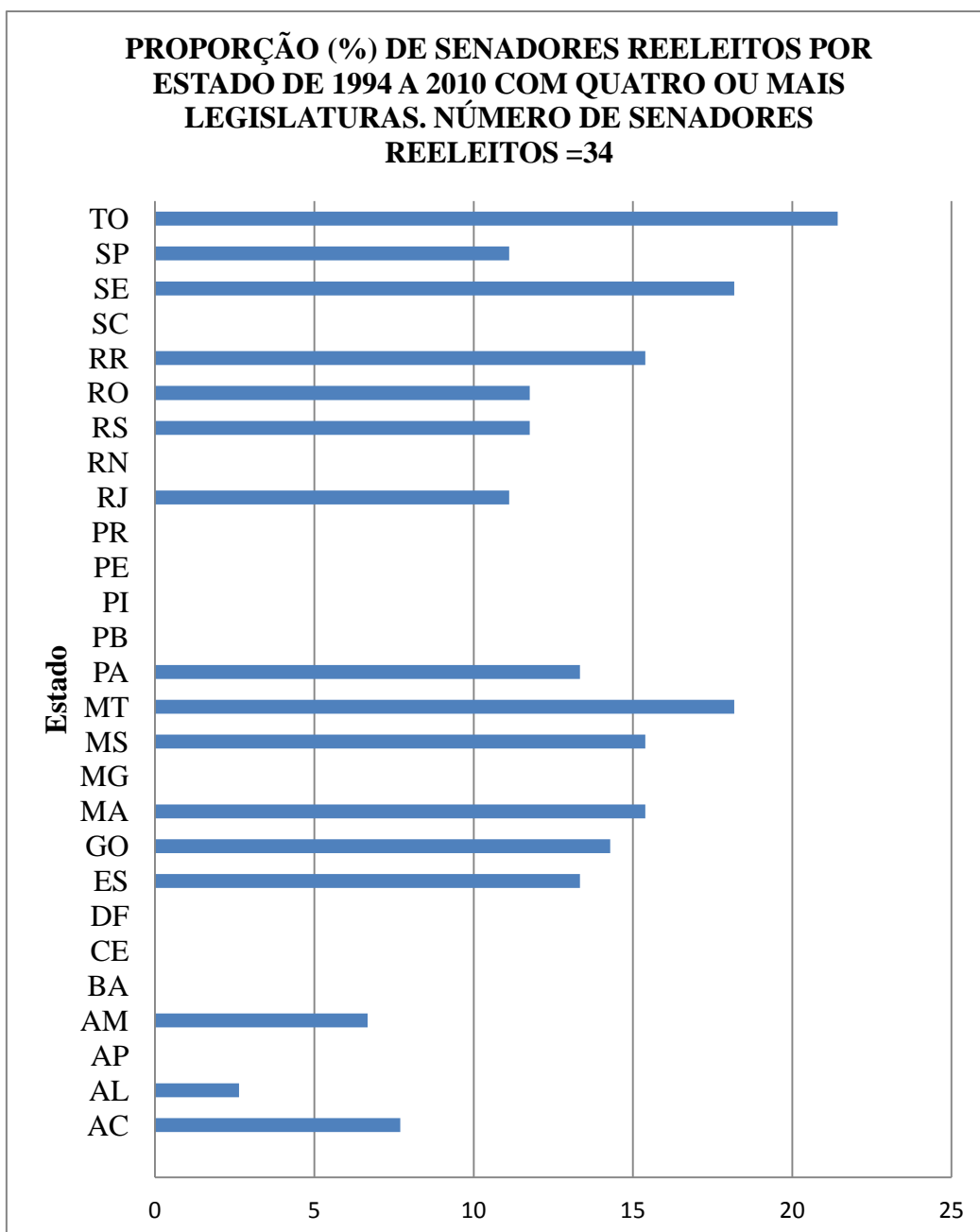
Gráfico 5: Proporção de deputados reeleitos por estado entre os anos de 1994 a 2010 de acordo com o critério de pesquisa



Fonte: Dados da Pesquisa

O estado do Piauí se destaca pela proporção entre o número de eleitos dentre os anos de 1994 e 2010 e o número de reeleitos no mesmo período. Somente cinco estados e o Distrito Federal não tiveram ocorrência de reeleitos de acordo com a pesquisa feita.

Gráfico 6: Proporção de senadores reeleitos por estado entre os anos de 1994 a 2010 de acordo com o critério de pesquisa



Fonte: Dados da Pesquisa

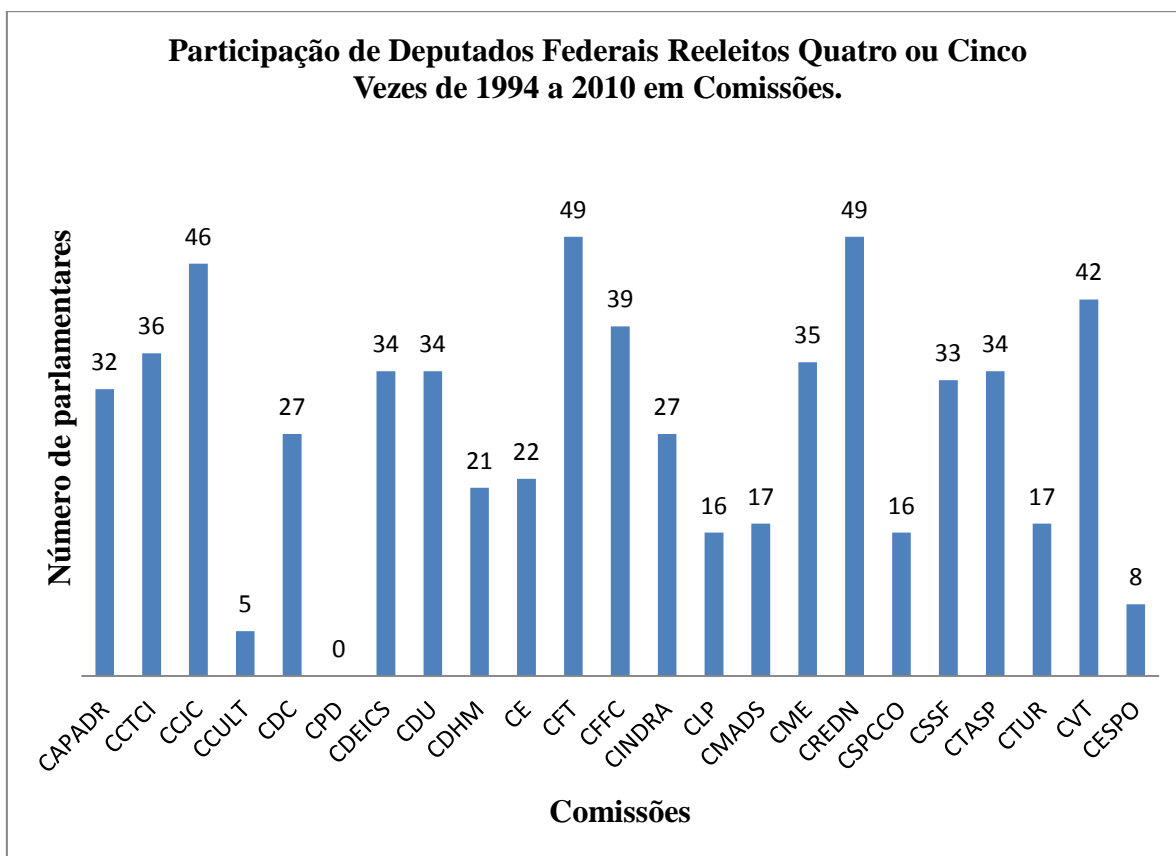
No gráfico 6, sobre o Senado Federal, o estado que se destaca por maior número de reeleitos é o Tocantins, que está localizado na Região Norte do País. Nota-se que nove estados e o Distrito Federal não reelegeram senadores no período pesquisado.

Outro dado importante para esta monografia é participação dos parlamentares nas comissões e observar quais destas são mais frequentadas.

3.2. Teoria Informacional x comissões parlamentares

Nesta seção será discutida a relação entre a teoria informacional e a composição das comissões parlamentares no Congresso Nacional. A partir dos dados obtidos, foram produzidos os gráficos 7 e 8 que dispõem sobre a participação dos parlamentares presentes nas tabelas 1 e 2.

Gráfico 7: Participação de deputados reeleitos em comissões permanentes de acordo com o critério de pesquisa



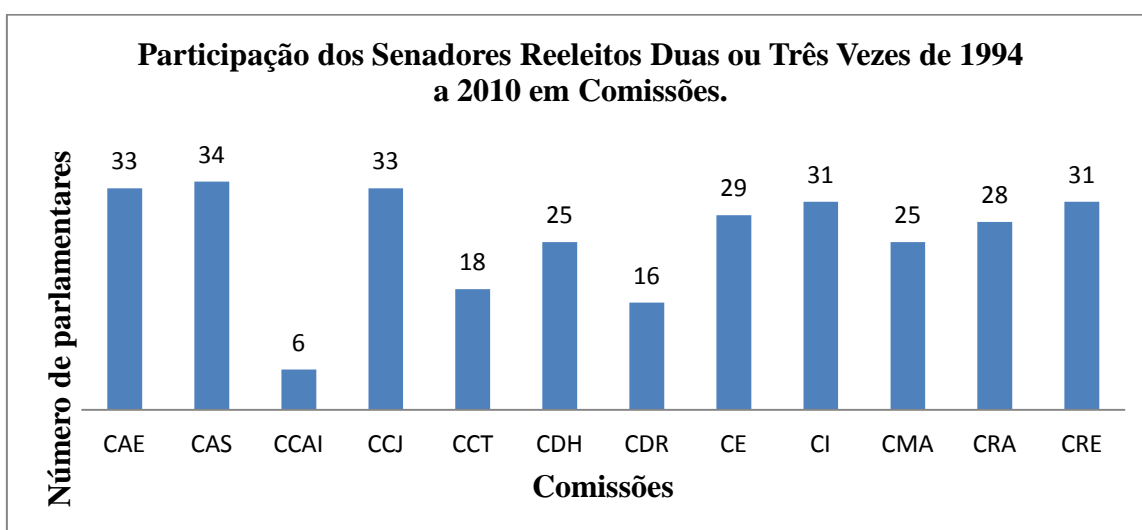
Fonte: Dados da Pesquisa

O gráfico 7 mostra a frequência de participação nas comissões, sendo a comissão de finanças e tributação (CFT) e a comissão de relações exteriores e defesa nacional (CREDN) as mais frequentadas dentro do recorte da pesquisa. A única comissão na qual o número de participação é zero é a comissão de defesa dos direitos das pessoas com deficiência (CPD).

As comissões, de acordo com o sítio eletrônico da Câmara dos Deputados, são locais de debate, estudo e votação dos projetos de leis. João Pedro Paro (2014) também ressalta a importância das comissões afirmando que são locais onde é possível o debate entre representantes e representados, como quando ocorrem as audiências públicas. Ainda sobre a participação da sociedade nos trabalhos das comissões parlamentares, é interessante ressaltar que existe a comissão de legislação participativa na Câmara dos Deputados que tem o objetivo de receber proposições como projetos de lei de iniciativa popular.

Já o gráfico a seguir mostra como ocorreu a participação dos parlamentares da tabela 2 em comissões do Senado Federal.

Gráfico 8: Participação de senadores reeleitos em comissões permanentes de acordo com o critério de pesquisa



Fonte: Dados da Pesquisa

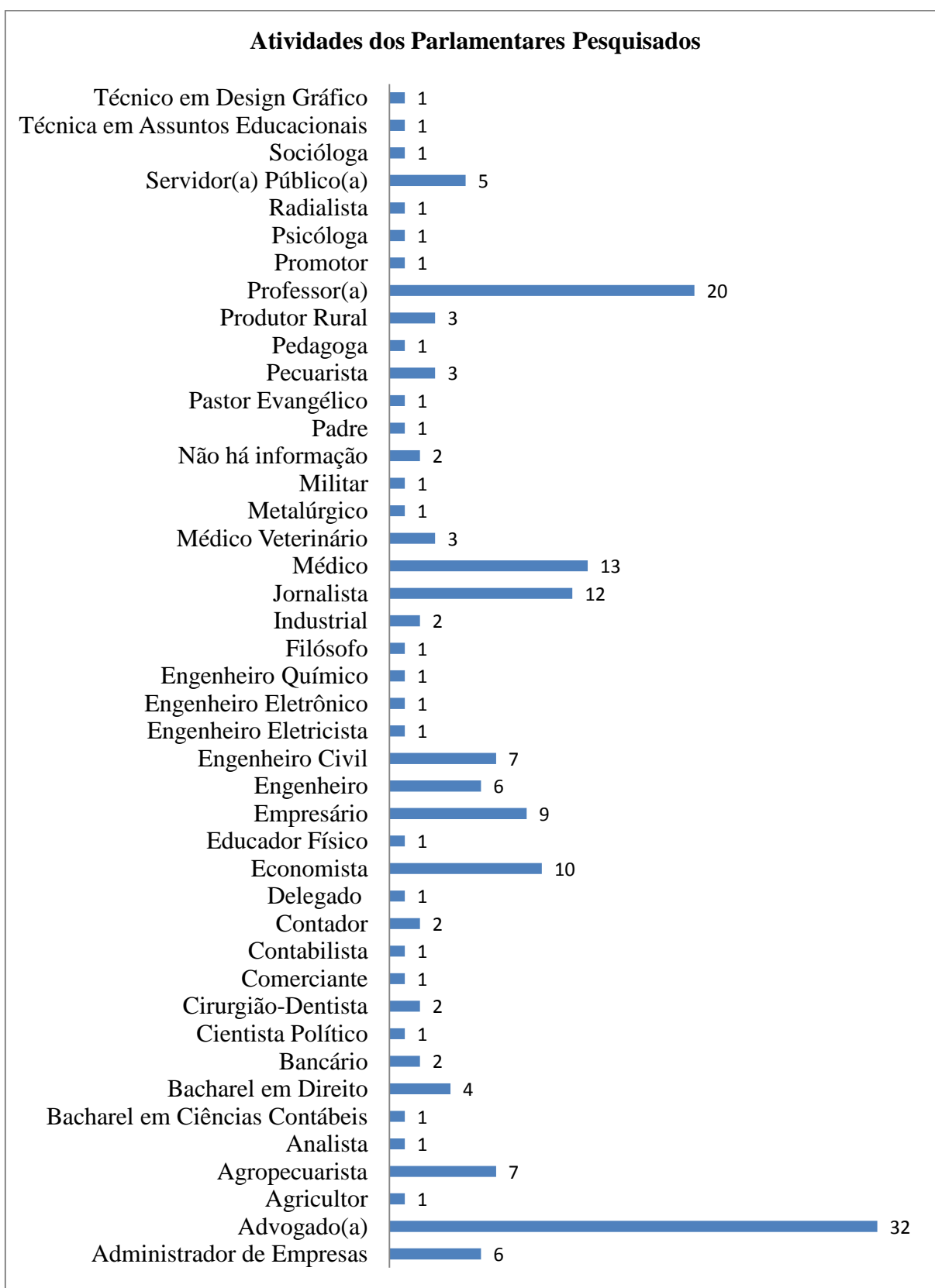
O número de comissões no Senado Federal é menor do que o número de comissões da Câmara dos Deputados. A comissão mais frequentada, no gráfico 8, foi a comissão de assuntos sociais (CAS). Nota-se que diferentemente da Câmara dos Deputados, todas as comissões do Senado Federal foram frequentadas por alguns dos senadores pesquisados.

Para uma melhor análise da participação nas comissões, as atividades profissionais dos parlamentares que compõem o levantamento foram observadas para encontrar uma possível relação entre essas atividades e escolha dos líderes no momento da distribuição de membros em comissões.

O foco principal nesta monografia é mostrar quais profissionais frequentam cada comissão com o intuito de enxergar relação entre formação acadêmica e a escolha dos membros para preencher as cadeiras das comissões.

Com base nos dados obtidos através das biografias de cada parlamentar, foi produzido um gráfico com as profissões dos parlamentares pesquisados.

Gráfico 9: Atividades praticadas pelos parlamentares fora do Congresso Nacional



Fonte: Dados da Pesquisa

O gráfico 9 mostra as atividades profissionais tanto de deputados federais quanto de senadores. As atividades mais frequentes na pesquisa realizada foram de advogado (a) e de professor (a). Importante ressaltar que apenas dois parlamentares não têm suas atividades profissionais expostas nos sítios eletrônicos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

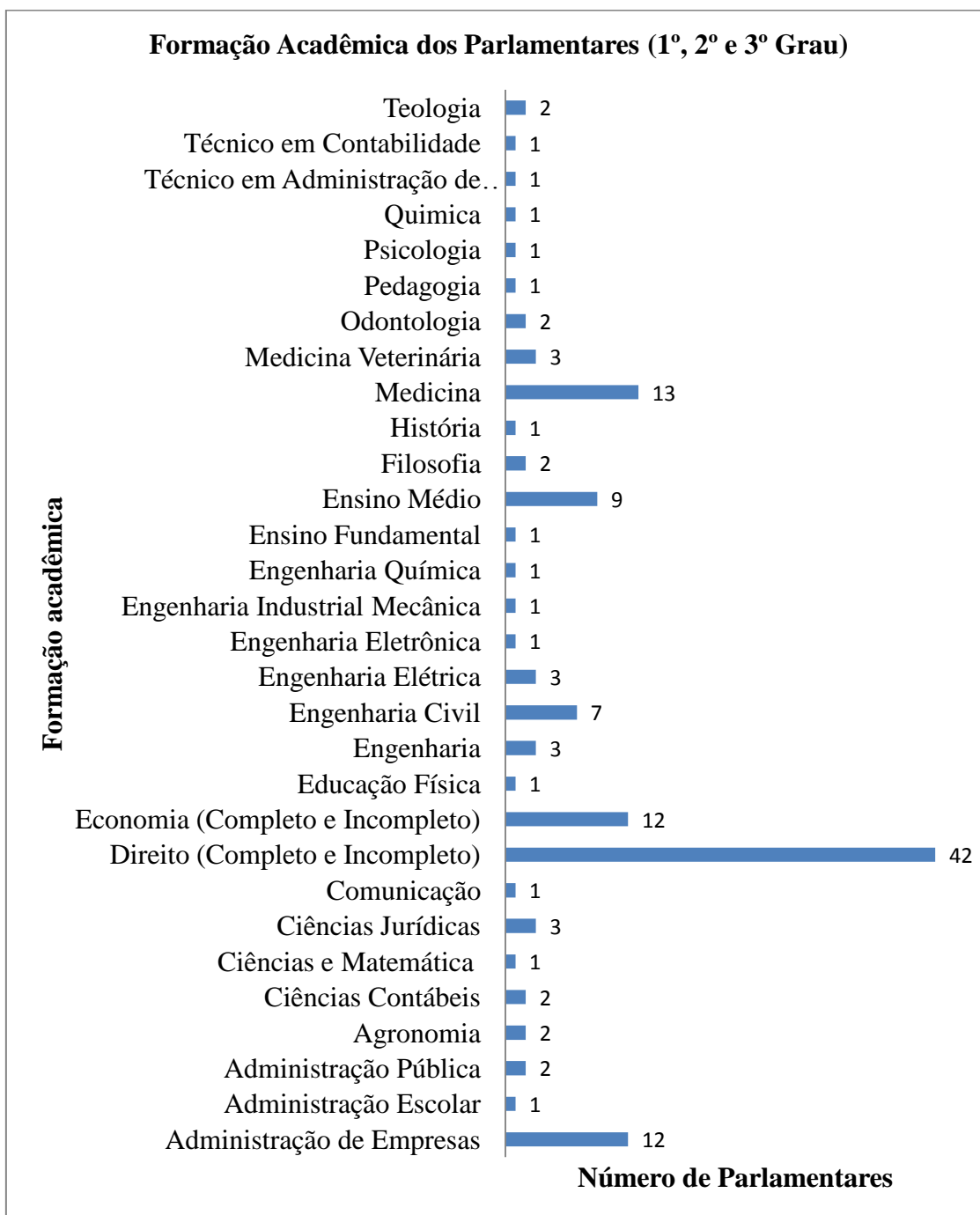
A partir da pesquisa sobre as atividades profissionais dos parlamentares do Congresso Nacional Brasileiro, foi observado também o nível educacional de cada um. A partir do gráfico 9, torna-se visível que a grande maioria dos parlamentares possui nível superior, o que é visto como algo relevante para o estudo da profissionalização política no parlamento brasileiro.

Martin Unzué (2012) pesquisou sobre a relação entre a universidade e o parlamento brasileiro, chegou à conclusão de que a maioria dos parlamentares possui formação em nível superior e que isso é um ponto positivo para estes parlamentares no momento da corrida eleitoral por lhes dar maior prestígio, ou seja, que os eleitores poderão dar um maior valor ao conhecimento acadêmico e lhes confiarão o voto. Unzué (2012) em sua pesquisa constatou que há uma supervalorização do diploma universitário dentro do Congresso Nacional, por parte dos próprios parlamentares e que há o reconhecimento de que o ambiente universitário ainda é distante da realidade das minorias sociais. A universidade, de acordo Unzué (2012), é um ambiente que proporciona aos indivíduos um conhecimento mais aprofundado sobre diferentes temas, ensina o discurso e a oratória; e que muitos parlamentares recorrem à universidade para se aprofundar mais sobre temas debatidos no Congresso Nacional.

Martin Unzué (2012) afirma em sua pesquisa que parlamentares sem nível superior podem sofrer preconceito dentro do Congresso Nacional, por serem considerados desinteressados no próprio crescimento intelectual, tanto que grande parte destes acessa a universidade após se tornar parlamentar, o que chega ao entendimento que existe a cultura informacional no parlamento brasileiro. Em discursos analisados por Unzué (2012), em que parlamentares exaltam seus títulos de mestrado, doutorado e suas carreiras como professores universitários, são visíveis o quão valorizado é o diploma universitário. Unzué (2012) conseguiu enxergar que apesar da valorização dada a universidade pelos parlamentares, estes confessam que ainda há empecilhos para que a

população não pertencente as elites brasileiras consiga vaga na universidade pública. Segue o gráfico com dados sobre a formação acadêmica dos parlamentares pesquisados:

Gráfico 10: Informações referentes ao grau de ensino dos parlamentares pesquisados



Fonte: Dados da Pesquisa

Os cursos que mais se destacam no gráfico 10 são Direito, Medicina, Administração de Empresas e Economia. Muitos parlamentares possuem mais de uma graduação, especialização e pós-graduação, porém, o foco aqui é apenas a graduação. O que mais chama atenção é que dentre os 111 parlamentares pesquisados, apenas um possui só o ensino fundamental.

Estudar a formação acadêmica destes parlamentares é um meio de procurar relação entre formação e comissão, se há ou não a cultura informacional no meio dos políticos profissionais no Congresso Nacional. Como foi discutido anteriormente, Fernando Limongi (1994) e Emerson Oliveira do Nascimento (2010), tratam o modelo informacional como àquele em que o parlamentar procura se aprofundar e se especializar, através da academia, em determinados assuntos referentes as comissões que é membro.

Cristiane de Almeida Maia (2010) relaciona a teoria informacional, as comissões e a profissionalização política afirmando que o princípio majoritário de votação é dominante no momento de tomada de decisões nestas comissões. Contudo, é fundamental que os parlamentares tenham conhecimentos sobre os assuntos discutidos para que tomem decisões que sejam favoráveis para todos os lados, ou seja, decisões que não favoreçam apenas um indivíduo, mas a coletividade. Assim como está disposto no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados, as comissões são locais democráticos de discussão e estudo de projetos de leis, neste contexto é possível enxergar uma das características modelo informacional, que diz que a tomada de decisão provém da vontade de uma maioria que se baseia na institucionalização do Congresso Nacional, isso quer dizer, neste caso, que as comissões e os trabalhos legislativos funcionam com base nos regimentos internos de suas respectivas Casas e com base na Constituição Federal de 1988.

Maia (2010) ressalta que as comissões se tornam espaços frequentados por indivíduos especializados por pura estratégia política, isso maximiza os ganhos nas tomadas de decisões. Seguindo esta linha sobre as tomadas de decisões e a busca pela maximização dos ganhos em comissões, é interessante ressaltar que Keneth Shepsle (2010) trata os membros dessas comissões como indivíduos racionais que possuem opiniões próprias e crenças que podem interferir na forma como estes se comportam.

Além da racionalidade, Shepsle (2010) afirma que as incertezas também afetam o comportamento dos indivíduos, neste caso, lembrando que os membros das comissões no modelo informacional, são indivíduos que recorrem a pesquisas e estudos para auxiliá-los no momento de expressar suas preferências para a coletividade, ação que torna o parlamentar especialista (profissional) em determinado assunto. Shepsle (2010) salienta que com a existência dessa incerteza, a coletividade desconhece o resultado final do debate antes de tomar conhecimento da preferência da maioria através do voto.

Seguindo o raciocínio de que os membros em comissões, geralmente, compõem aquelas que lhes são de interesse e que vão de acordo suas atividades profissionais fora do Congresso Nacional, abaixo seguem as tabelas produzidas a partir dos dados colhidos dentro do recorte da pesquisa feita para esta monografia:

Tabela 3: Profissão x Comissão na Câmara dos Deputados

Profissões	Preferências por Comissões no Congresso Nacional/Participações
Produtor Rural	CAPADR (20)
Agropecuarista	CAPADR (24)
Médico	CAPADR (24)
Industrial	CAPADR (8)
Médico Veterinário	CAPADR; CCTCI; CMADS; CREDN (4)
Bacharel em Direito	CCJC (13)
Jornalista	CCJC (18)
Filósofo	CCJC (5)
Advogado (a)	CCJC (52)
Cientista Político	CCJC; CREDN (5)
Contabilista	CCJC; CSPCCO (6)
Radialista	CCJC; CSPCCO (6)
Administrador de Empresas	CCJC; CTASP (8)
Bacharel em Ciências Contábeis	CCTCI (3)
Engenheiro Eletrônico	CCTCI (3)
Engenheiro Químico	CDEICS; CDU; CTUR; CVT (1)
Não há informação	CDEIS; CDU; CVT (4)
Engenheiro Civil	CDU (14)
Técnico em Artes Gráficas	CDU; CINDRA (2)

Fonte: Dados da Pesquisa

Tabela 3: Profissão x Comissão na Câmara dos Deputados (Continuação)

Profissões	Preferências por Comissões no Congresso Nacional/Participações
Padre	CE (5)
Professor (a)	CFFC (26)
Psicóloga	CINDRA (7)
Técnica em Assuntos Educacionais	CINDRA (7)
Engenheiro Eletricista	CME (5)
Engenheiro Agrônomo	CPADR (6)
Economista	CREDN (11)
Militar	CREDN (6)
Educador Físico	CREDN (7)
Pedagoga	CSSF (5)
Socióloga	CTASP (5)
Bancário	CTUR (6)
Empresário	CVT (23)
Comerciante	CVT (4)
Engenheiro	CVT (4)
Pecuarista	CVT (4)
Contador	CVT(9)

Fonte: Dados da Pesquisa

A tabela 3 mostra as preferências de cada profissional por cada tipo de comissão parlamentar. Apesar de que diversos deputados apresentaram mais de uma profissão, ainda sim, foi factível observar que determinados profissionais se tornam membros daquelas comissões em que são especializados. Como exemplo, já era esperado que os produtores rurais e agropecuaristas tivessem maior participação na CAPADR; e que os advogados tivessem maior frequência na CCJC.

Assim como a tabela 3, a tabela 4 também se refere a profissões e comissões, porém sobre os senadores.

Tabela 4: Profissão x Comissão no Senado Federal

Profissões	Preferências por Comissões no Senado Federal/Participações
Administrador de Empresas	CCJ (22)
Advogado (a)	CCJ (74)
Agricultor	CCJ (14)
Agropecuarista	CCJ (9)
Analista	CAE (6)
Bancário	CCJ (9)
Delegado	CE (13)
Economista	CRE (43)
Empresário	CAE; CE (11)
Engenheiro	CAE; CCJ (39)
Jornalista	CAE (36)
Médico	CRE (16)
Médico Veterinário	CAE (7)
Metalúrgico	CCJ (8)
Não há informação	CI (9)
Pastor Evangélico	CCJ; CDH (10)
Professor (a)	CCJ (61)
Promotor	CAE; CCJ (8)
Servidor (a) Público (a)	CAE; CCJ (8)

Fonte: Dados da Pesquisa

Apesar de vários parlamentares possuírem mais de uma profissão, principalmente os professores, um exemplo disso é uma parlamentar que se intitula ao mesmo tempo como professora, psicóloga e técnica em assuntos educacionais na tabela 3; foi possível construir as tabelas 3 e 4 que representam as preferências de cada profissional por determinadas comissões, os valores apresentados logo a frente das comissões demonstram os números máximos de participações apesar de cada profissional ter frequentado diversas comissões. Como era de se esperar, a maioria dos parlamentares tiveram maior frequência naquelas comissões em que tinham mais a ver com suas profissões externas ao Congresso Nacional, resultado que confirma o funcionamento da teoria informacional no parlamento brasileiro.

Na tabela 3 o resultado fica mais visível pelo fato da Câmara dos Deputados possuir um maior número de comissões do que o Senado Federal. As comissões do Senado, individualmente, abrangem um maior leque de temas, do que as da Câmara, o Senado possui na verdade, um número grande de subcomissões, o que acaba dificultando no momento de relacionar 'profissão x comissão'. Um exemplo disso é a Comissão de Assuntos Sociais - CAS, que segundo o sítio eletrônico do Senado Federal, possuiu as seguintes subcomissões:

Quadro 3: Subcomissões da comissão de assuntos sociais do Senado Federal

Subcomissões	Encerradas:
▶ CASCAJ - Subcomissão Temp. da Criança, do Adolescente e da Juventude.	
▶ CASDEF - Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência.	
▶ CASDEP - Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outros.	
▶ CASEMP - Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social.	
▶ CASFGTS - Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.	
▶ CASID - Subcomissão do Idoso.	
▶ CASIDO - Subcomissão Permanente do Idoso.	
▶ CASMAMB - Subcomissão Permanente do Meio Ambiente.	
▶ CASPREV - Subcomissão Permanente do Trabalho e Previdência.	
▶ CASSAUDE - Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.	

Fonte:

<http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?com=40&origem=SF>

O quadro 3 mostra o leque de possibilidades de temas que podem ser discutidos dentro de uma comissão no Senado Federal a partir das subcomissões. Por isso a

frequência grande de parlamentares de profissões diferentes na CCJ e na CAE. Daí pode-se ver o motivo da dificuldade de encontrar facilmente o uso da teoria informacional no Senado Federal. No quadro 3 em que mostra as subcomissões da comissão de assuntos sociais (CAS), mostra que a comissão abrange tanto o tema sobre pessoa com deficiência quanto o tema da previdência social; já na Câmara dos Deputados, por exemplo, possui uma comissão específica que trata sobre a pessoa com deficiência que a comissão de defesa dos direitos da pessoa com deficiência (CPD) e a comissão que trata sobre previdência social que é a comissão de trabalho, administração e serviço público (CTASP).

Considerando a informação de que as comissões do Senado Federal são compostas de diversas subcomissões, cada uma com temas bem variados, ainda é muito impreciso afirmar que a teoria informacional é algo forte dentro da Casa assim como ocorre na Câmara dos Deputados. Chega a ser um equívoco afirmar que os parlamentares profissionais, no geral, usam o ganho informacional a favor de suas comissões.

4. CONCLUSÃO

Logo após fazer um recorte temporal entre 1994 e 2010 e elencar os parlamentares que se elegeram diversas vezes (deputados de 4 a 5 vezes e senadores de 2 a 3 vezes) para buscar uma relação entre profissionalização política e a teoria informacional, foi possível trazer para esta monografia a breve discussão sobre a democracia representativa no Brasil após a Constituição Federal de 1988 e institucionalização do Congresso Nacional do Brasil com base na teoria de Nelson Polsby (1968). Com auxílio do Regimento Interno das Casas legislativas brasileiras, houve a possibilidade de trabalhar bem a teoria de Nelson Polsby, o que acarretou na confirmação de que sim, o Congresso Nacional Brasileiro é institucionalizado devido sua dinâmica de funcionamento.

E com base no debate feito por Jairo Nicolau (2007) sobre as eleições proporcionais para deputados federais e as eleições majoritárias simples para senadores, ficou mais visível através da pesquisa empírica o motivo de cada Casa trabalhar com os números de 513 deputados federais e 81 senadores, o motivo é que os senadores representam os estados, isso quer dizer que representa a população geral de um estado; enquanto a Câmara Federal possui representantes do povo brasileiro em sua totalidade, o que justifica a proporcionalidade de votos. Algumas questões dos regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, como as prerrogativas dos líderes de partidos e de blocos parlamentares foram importantes para saber como funciona a distribuição de membros em comissões e qual a função das comissões parlamentares, sendo a discussão e o estudo de projetos de leis como uma de suas mais importantes funções.

Além de tudo isso, trabalhar a questão dos meios para se tornar um parlamentar e um parlamentar profissional foi importante nesta monografia por observar que chega a um ponto que o parlamentar busca uma ascensão na carreira, como lutar por um cargo no Poder Executivo.

Através do estudo sobre a busca pela ascensão na carreira, David Samuels (2000) afirma que a rotatividade de parlamentares no Congresso Nacional brasileiro é muito alta, isso foi confirmado com a coleta de dados para esta monografia e com a

produção de quadros, tabelas e gráficos com as informações sobre os nomes dos parlamentares que se encaixavam no recorte da pesquisa, sobre seus mandatos, que são longos; suas profissões fora do parlamento, suas formações acadêmicas, sendo advogados e professores como maioria dos profissionais; e as comissões mais frequentadas por estes, tudo isso com o objetivo de confirmar a existência da prática da teoria informacional no Congresso Nacional.

Por meio da pesquisa empírica, foi permitido o levantamento de informações referentes aos estados que esses parlamentares representaram, informações como quais estados mais elegeram e quais mais reelegeram deputados federais e senadores, através dessas informações, deu para observar que a Região Nordeste tem um maior número de reeleitos, tanto deputados quanto senadores, mas fazendo uma comparação com as outras Regiões do Brasil, a Região Sudeste apresentou maior interesse em reeleger senadores do que deputados.

Através da pesquisa bibliográfica sobre o funcionamento da teoria informacional trabalhada por Cristiane de Almeida Maia (2010) que diz que o político profissional recorre à especialização sobre determinados assuntos com o objetivo de maiores ganhos dentro das comissões, ganhos como aprovação de seus projetos e a ida destes para a votação em Plenário. Ainda através da pesquisa bibliográfica, foi descrita a influência da universidade salientada por Martin Unzué (2012), a busca por quais comissões que cada profissional compõe através da pesquisa empírica, e como é o comportamento destes indivíduos dentro destas, assunto tratado por Keneth Shepsle (2010), foi permitida a confirmação de que sim, a teoria informacional é uma realidade no Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados, ou seja, os parlamentares têm recorrido a diversos meios de se especializarem em determinados temas e suas referentes comissões, tanto que é comum encontrar parlamentares que recorrem a universidade com o objetivo de obter maior ganho para suas comissões com seu conhecimento no que pode acarretar em prestígio tanto no Congresso Nacional, com a possibilidade de ganhar um cargo mais elevado; quanto com os eleitores, as chances de uma reeleição aumentam, segundo Unzué (2012).

Ainda em relação as comissões, através da pesquisa feita para esta monografia, foi perceptível a preocupação de alguns parlamentares de fazer graduação durante seus

mandatos, principalmente graduação em Direito, o que leva a pensar que estes buscam compreender melhor o funcionamento das leis do País e como mudá-las ou melhorá-las. Outro exemplo de ganho informacional interessante visto através da pesquisa foi a grande participação de agropecuaristas na comissão de agricultura, pecuária e desenvolvimento rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados, nesse caso, o ganho informacional vem através da atividade profissional praticada fora do contexto do Congresso Nacional.

Para chegar a uma conclusão mais precisa sobre o Senado Federal, acredito que seja necessária uma pesquisa mais aprofundada sobre as subcomissões para determinar exatamente quais tipos de profissionais as frequentam. Interessante também é fazer um estudo sobre as comissões especiais, temporárias e externas na Câmara dos Deputados, se estas também são favorecidas pelo ganho informacional de seus membros.

5. REFERÊNCIAS

1. BLUME, Bruno André. Câmara e Senado: Qual a diferença?. Disponível em: < <http://www.politize.com.br/atualidades/camara-e-senado-qual-diferenca/> >. Acesso em: 24 de junho de 2016.
2. BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.
3. BRASIL, Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Regimento Interno da Câmara dos Deputados. - 15. ed., reimpr. com índice - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. 418 p. - (Série textos básicos; n. 102).
4. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil [texto (tipo reduzido)]: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nº 1/1992 a 83/2014, pelo Decreto legislativo nº186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/1994. - 42.ed.- Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 110 p. - (Série textos básicos; n.85).
5. CARNEIRO, André Corrêa de Sá, Curso de Regimento Interno / André Côrrea de Sá Carneiro, Luiz Cláudio Alves dos Santos, Miguel Gerônimo da NóbregaNetto. - Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 446 p. - (Série conhecendo o legislativo; n. 7).
6. _____. Comissão de Assuntos Sociais. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?com=40&origem=SF> >. Acesso em: 17 de junho de 2016,
7. _____.Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes> > Acesso em: 20 de março de 2016.
8. _____.Comissões Permanentes do Senado Federal. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/comissoes-permanentes>>. Acesso em: 20 de março de 2016.
9. _____.Conheça os Deputados. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa> >. Acesso em: 15 de outubro de 2015.

10. _____. Eleições Anteriores. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>>. Acesso em: 15 de outubro de 2015.
11. FREITAS, Aurélio Marcos Silveira de. Órgãos Públicos: Conceito, natureza e classificação. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13579> . Acesso em: 17 de março de 2016.
12. GOMES, Luis Carlos. O fim do político profissional. Disponível em: <<http://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/128515105/fim-do-politico-profissional>>. Acesso em: 25 de maio de 2016.
13. _____. Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em 05 de junho de 2016.
14. LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: Escolhas de carreiras na Câmara dos Deputados do Brasil. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol IX, nº 1, 2003, pp. 44-67.
15. LIMONGI, Fernando. O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: a literatura norte-americana recente. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB). Rio de Janeiro, n. 37, janeiro-julho de 1994, pp. 3-38.
16. MAIA, Cristiane de Almeida. O ganho informacional na Câmara dos Deputados: uma análise sob a perspectiva do Centro de Documentação e Informação (Cedi). Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3947>>. Acesso em: 03 de junho de 2016.
17. MIGUEL, Luis Felipe. “Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política”. Revista Sociologia Política, n. 25, 2005, p. 25-38.
18. MULLER, Gustavo. Comissões e Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as Comissões Permanentes. Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 48, n. 2, 2005, pp. 371-394.
19. NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. Os Modelos da Organização Legislativa: distributivo, informacional e partidário. Disponível em:<

- <http://www.revista.ufpe.br/politicohoje/index.php/politica/article/view/82/53> >. Acesso em: 25 de maio de 2016.
20. NICOLAU, Jairo. “O sistema eleitoral brasileiro.” In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (orgs.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2007, pp.293-301.
21. _____.O papel das comissões. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/o-papel-das-comissoes>>. Acesso em: 05 de maio de 2016.
22. PARO, João Pedro. Sistema Brasileiro de Comissões Parlamentares. Disponível em: < <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/200>>. Acesso em: 03 de junho de 2016
23. PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. Revista de Economia Política.
24. PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. O que É que o Reeleito Tem? Dinâmicas PolíticoInstitucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em: 03 de maio de 2015.
25. POLSBY, W. Nelson. “The Institutionalization of the U.S. House of Representatives”. The American Political Science Review 62.1 (1968): 144–168.
26. SAMUELS, David. Ambition and competition: Explaining Legislative turnover in Brazil. Legislative Studies Quarterly, v.25, n.3, 2000, p.481-497.
27. _____. Senadores: encontre seu senador. Disponível em: < <http://www25.senado.leg.br/web/senadores> >. Acesso em: 15 de outubro de 2015.
28. SHEPSLE, Kenneth. Analyzing Politics: Rationality, Behavior and Institutions. 2nd Edition. New York: W.W.Norton, 2010.
29. UNZUÉ, Martín. A universidade na trajetória dos parlamentares brasileiros. Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília, vol. 08, maio-agosto de 2012, pp. 13-46. Tradução do espanhol: Mariana Matulana.

30. VITULLO, Gabriel. “Representação política e democracia representativa são expressões inseparáveis? Elementos para uma teoria democrática pós-representativa e pós-liberal”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 2, 2009, p. 271-288. (seleção).